

Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.

Sociedade Aberta

Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 3, Esc. 7 – 1200-273 Lisboa

Registada na Conservatória do

Registo Comercial de Lisboa Sob nº 30.365

Pessoa Colectiva nº 500.136.971

Capital Social: 12.500.000 Euros



RELATÓRIO E CONTAS

2005

RELATÓRIO DE GESTÃO DA IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.

Nos termos legais e estatutários, vimos submeter a V.Exas. o Relatório de Gestão, as Contas do exercício e demais documentos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2005.

ACTIVIDADE CORRENTE DA EMPRESA

No exercício de 2005, a economia nacional continuou a sofrer um afastamento no seu comportamento face aos nossos parceiros europeus. Múltiplas razões fundamentam essa preocupante tendência, nomeadamente o demasiado peso do custo do Estado no PIB nacional. As prementes necessidades do reequilíbrio orçamental têm forçado os sucessivos governos a um agravamento da carga fiscal, com reflexos negativos, face à concorrência dos nossos principais parceiros.

A estabilidade governativa saída das eleições legislativas de 2005 e a assunção, pelo Governo, da necessidade de medidas profundas, no que respeita à contenção do déficit público, implicará, necessariamente, alguns anos de sacrifício para todos os agentes económicos. É inevitável estancar o aumento da dívida pública, para adequá-la aos níveis exigidos pelo PEC, bem como conseguir reduzir o déficit público para a percentagem de 3% também acordada.

Impõe-se, contudo, reconhecer que sem uma profunda liberalização das restritivas normas que regem as relações laborais, será muito difícil não só incentivar novos investimentos, como também evitar a deslocalização empresarial para terceiros países, onde a mesma é mais incentivadora da actividade económica privada. E isso nada tem a ver com baixos salários, mas sim com a possibilidade de manter o volume da mão de obra adequado à efectiva capacidade empresarial.

ACTIVIDADE HOTELEIRA

Conforme referenciado no Relatório do Primeiro Semestre de 2005, o Hotel Atlantis Sintra Estoril teve uma diminuição de cerca de 30% da sua facturação, face ao exercício transacto por, nesse ano ter ocorrido o Euro 2004 que teve efeitos altamente positivos para a hotelaria da Região da grande Lisboa, tendo diminuído de 2.214.443 Euros para 1.693.710 Euros.

No Algarve, o Aparthotel Solférias teve um ligeiro aumento de cerca de 1%, face ao exercício anterior, insuficiente para cobrir os aumentos de custos entretanto verificados.

Já no corrente exercício de 2006, à altura da elaboração do presente Relatório encontra-se praticamente 100% concluída a ampliação da Estalagem da Cegonha, de nossa propriedade, situada em Vilamoura, aumentando para 31 quartos a capacidade daquela Unidade.

SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

Proseguiu a política sufragada em sucessivas Assembleias Gerais, desde o ano de 2000, de alienação dos activos menos rentáveis da empresa, tendo sido alienadas as últimas fracções do edifício Sede na Rua Castilho, 50, ao Fungere.

Assim, procedeu-se, já no corrente exercício, à alteração da Sede Social da vossa Empresa, para o Edifício Espaço Chiado, para instalações de propriedade do nosso Grupo Empresarial, cuja aquisição se processou desde o ano de 2000.

Esse Edifício, cuja recuperação foi por nós efectuada no início da década de 90, permitiu o regresso da Sede da Empresa à tradicional zona do Chiado, onde, durante muitos anos, a Grão-Pará tivera a sua Sede, na Rua Victor Cordon.

Simultaneamente, continuou a racionalização dos serviços administrativos, aproveitando a passagem à reforma de funcionários que legalmente tinham atingido a respectiva idade passando a beneficiar desse estatuto.

Simultaneamente, concentraram-se os funcionários da Sede na Autodril SGPS Empresa onde detemos 99% do Capital, Sociedade vocacionada para gerir as participações do nosso Grupo, tendo sido indemnizados os mesmos pelos anos de serviço, não só na Grão-Pará, como em outras empresas do Grupo.

Finalmente, concentrou-se numa única empresa a gestão da tesouraria da Grão-Pará e demais empresas do Grupo, permitindo maior racionalidade da Gestão financeira.

Conforme relevado no Relatório referente ao Primeiro Semestre de 2005, procedeu-se a uma operação de alienação do Edifício onde se encontra o Hotel Atlantis Sintra Estoril e, simultaneamente, celebrou-se um contrato de locação financeira imobiliária por um período de 20 anos.

A exemplo do que fora efectuado em 2004, com o BES, foi celebrado um contrato de consolidação do passivo com o Millennium BCP, a 10 anos.

Os resultados líquidos do exercício foram negativamente afectados pela variação em cerca 1.700.000 Euros, face à evolução negativa do Euro face ao Dólar, moeda em que se encontra titulado parte do passivo da Empresa. O remanescente dos resultados negativos devem-se aos custos de realocação dos funcionários da empresa acima referidos e ainda a diminuição das receitas hoteleiras do Hotel Atlantis Sintra Estoril, pelas razões atrás explicitadas e, finalmente, por ter o exercício de 2004 sido favoravelmente influenciado pela alienação de posições accionárias.

Deste modo, o capital próprio da empresa situou-se em 23.561.303 Euros.

Apresentamos a seguir os indicadores mais relevantes verificados nos exercícios de 2003 a 2005.

INDICADORES E RÁCIOS	EXERCÍCIOS		
	Euros		
	2005	2004	2003
Capital Próprio	23,561,303	29,875,515	29,197,192
Resultados Líquidos	-6,314,221	678,333	1,920,839
Valor Anual Facturação	2,423,277	3,385,742	8,066,312
Crescimento de Vendas	-28,43 %	-58.03%	72.39%
Cash-Flow	-5,104,810	-666,958	530,716
VAB	1,871,288	7,144,977	8,508,622
Endividamento Bancário	38,835,314	38,585,529	36,776,980
Restante Endividamento	18,276,424	13,797,859	18,458,248
Solvabilidade	1.60	1.67	1.60
Liquidez Geral	0.79	0.77	0.63
Autonomia Financeira	29.21%	36.32%	34.58%

PERSPECTIVAS FUTURAS

Na acção para reconhecimento do Crédito Fiscal, intentada contra o Estado em 2001, foi reconhecido pelo Tribunal Central Administrativo a existência de um Crédito da Grão-Pará e demais empresas do Grupo, face às dívidas liquidadas ao Estado.

Contudo, aquele Tribunal atribuiu-lhe o carácter meramente cível desse crédito e não, conforme entendimento de Ilustres Jurisconsultos, de um crédito Fiscal.

Desse Acordão, foi dado público conhecimento em 28 de Novembro de 2005 e houve recurso para o Tribunal Constitucional, encontrando-se o mesmo pendente de decisão definitiva à altura da elaboração do presente Relatório.

A decisão que vier a ser proferida por aquele Tribunal, implicará ainda a possibilidade, ao abrigo de legislação recente, do reconhecimento dos nossos direitos, já não necessariamente como um crédito fiscal mas como um enriquecimento sem causa por parte do Estado, resultante da diferença entre os bens que avaliou e o saldo a nosso favor resultante da diferença entre as dívidas liquidadas e a avaliação efectuada pelo Estado.

No que diz respeito aos direitos construtivos detidos pela nossa participada Autodril, SI, expressamente reconhecidos no âmbito do Acordo Global, prossegue a acção judicial para que os mesmos nos sejam integralmente assegurados.

Agradecemos a colaboração prestada por todos os nossos accionistas e colaboradores durante o ano de 2005.

Propomos que os resultados negativos do exercício, no valor de 6.314.221,31 Euros sejam transferidos para a rubrica Resultados Transitados.

Lisboa, 2 de Maio de 2006

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.

Indicação do número de valores mobiliários emitidos pela sociedade com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo detidos por titulares dos órgãos sociais, e todas as aquisições, onerações ou transmissões reportado a 31 de Dezembro de 2005;

- D. Fernanda Pires da Silva, detém 671.582 acções, não tendo ocorrido qualquer movimento.

- Dr. Abel Pinheiro, detém directamente 34.288 acções. Indirectamente como representante da Soc. Santa Filomena – S.G.P.S., Ldª, detém 249.373 acções e ainda como representante da Soc. KB BUSINESS CORP. detém 224.000 acções, não tendo ocorrido qualquer movimento.

- Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro, detém directamente 30.450 acções. Indirectamente como representante da sociedade EDINGER HOLDINGS LLC 88.634 acções, tendo adquirido no exercício 12.334 acções.

Lista dos titulares de participações sociais qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Cód. VM, reportado a 31 de Dezembro de 2005:

	Nº Acções	% Capital	% de Votos
- D. Fernanda Pires da Silva	671.582	26,86	33,98
- Dr. Abel Pinheiro (Santa Filomena e KB Business)	507.661	20,31	25,69
- Dr. Pedro Pinheiro (Edinger Holdings LLC)	119.084	4,76	6,03
- Autodril – S.G.P.S., S.A.	440.180	17,61	0
- Matur – Soc. Emp. Turísticos da Madeira, S.A.	83.234	3,33	0
- EDEC – Edificações Económicas, S.A.	150.924	6,04	7,64
- Herdeiros do Sr. João Paulo Teotónio Pereira	54.159	2,17	2,74
- Medes Holding LLC	205.289	8,21	10,39

IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.
Balanços dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004
(Montantes expressos em Euros)

Código Contas POC	Descrição	Exercício 2005		Exercício 2004		Código Contas POC	Descrição	Exercício 2005		Exercício 2004	
		Activo Bruto	Amort. e Ajustamentos	Activo Líquido							
	ACTIVO						CAPITAL PRÓPRIO				
	IMOBILIZADO					51	Capital	12.500.000		12.500.000	
	Imobilizações incorpóreas					52	Acções (Quotas) Proprias	-1.976		-1.976	
431	Despesas de instalação			0		54	Premios de Emissão de Acções (quotas)	4.888.219		4.888.219	
432	Despesas de invest. e desenvolvimento			0			Reservas de Reavaliação	32.365.044		38.616.103	
433	Propried. Industrial e outros direitos	3.542	3.542	0			Reservas:				
		3.542	3.542	0	0	571	Reservas legais	479.122		445.205	
	Imobilizações corpóreas					574/9	Outras reservas	3.315.596		3.315.596	
421	Terrenos e recursos naturais			0		59	Resultados transitados	-23.670.480		-30.565.955	
422	Edifícios e outras construções	33.840.328	6.032.033	27.808.294	33.792.537	88	Resultado líquido do exercício	-6.314.221		678.333	
423	Equipamento básico	3.773.050	2.994.642	778.408	929.650		Total do capital próprio	23.561.303		29.875.525	
424	Equipamento de transporte	346.443	303.227	43.216	92.965						
425	Ferramentas e utensílios	45.236	43.294	1.941	2.166		PASSIVO				
426	Equipamento administrativo	1.073.826	1.011.785	62.042	81.488	29	PROVISÕES				
429	Outras imobilizações corpóreas	203.356	196.988	6.367	7.974	293/298	Outras provisões	0		0	
441	Imobilizações em curso	820.132		820.132	486.858			0		0	
		40.102.371	10.581.970	29.520.401	35.393.638						
	Investimentos financeiros						DÍVIDAS A TERCEIROS - M/L PRAZO				
4111	Partes capital em empresas grupo	9.035.459		9.035.459	9.035.059		Fornecedores c/c	31.913		31.913	
415	Titulos e Outras Aplicações	7.670	0	7.670	7.670	221	Dividas a instituições de crédito	37.048.238		35.358.714	
		9.043.129	0	9.043.129	9.042.729	231	Outros credores	3.819.086		5.509.696	
	CIRCULANTE					26		40.899.237		40.900.323	
	Existências						DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO				
36	Materis-primas, Sub e de Cons.	10.000		10.000	8.910	231	Dividas a instituições de crédito	1.787.076		3.226.815	
35	Produtos e trabalhos em Curso	7.900.813	678.926	7.221.887	7.225.262	221	Fornecedores c/c	221.873		165.689	
33	Produtos Acabados e intermédios	90.859		90.859	90.858	222	Fornecedores títulos a pagar	0		0	
32	Mercadorias	1.049.653		1.049.653	1.050.673	251/5	Outros accionistas (sócios)	25.261		25.261	
		9.051.325	678.926	8.372.399	8.375.702	219	Adiantamentos de clientes	7.422		18.393	
	Dívidas terceiros - M/L prazo					2611	Fornecedores de Imobilizado, c/c	5.454.905		35.327	
211	Clientes c/c	19.244.655		19.244.655	18.052.868	24	Estado e outros entes públicos	5.014.259		4.935.646	
26	Outros devedores	11.359.747		11.359.747	10.078.636	26	Outros credores	189.369		94.539	
		30.604.401		30.604.401	28.131.504			12.700.164		8.501.671	
	Dívidas terceiros - curto prazo					273	Acréscimos de custos	3.509.863		2.978.088	
211	Clientes c/c	125.232		125.232	187.078	274	Proveitos diferidos	2.474		3.305	
218	Clientes de cobrança duvidosa	434.460	434.460	0	0		Total do passivo	57.111.738		52.383.388	
229	Adiantamentos a fornecedores	5.380		5.380	380						
24	Estado e outros entes públicos	52.943		52.943	21.584						
26	Outros devedores	3.183.585	270.058	2.913.527	895.422						
		3.801.598	704.518	3.097.080	1.104.465						
	Depósitos bancários/caixa										
12+13+14	Depósitos bancários	4.143	0	4.143	171.170						
11	Caixa	5.569	0	5.569	8.649						
		9.711		9.711	179.819						
	Acréscimos e diferimentos										
271	Acréscimos de proveitos	0		0	864						
272	Custos diferidos	25.920		25.920	30.191						
		25.920		25.920	31.055						
	Total do Activo	92.641.998	11.968.956	80.673.041	82.258.912		Total do Capital Próprio e Passivo	80.673.041		82.258.912	

Lisboa, 2 de Maio de 2006

O Técnico Oficial de Contas N.º 33.321
Sandra Vieira

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.

Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004

(Montantes expressos em Euros)

Código Contas POC	Custos e Perdas	Exercícios findos em:		Código Contas POC	Proveitos e Ganhos	Exercícios findos em:	
		31-12-2005	31-12-2004			31-12-2005	31-12-2004
61	Custos mercad. vend. e mat. consumidas			71	Vendas:		
	Mercadorias	53.866	59.336		Mercadorias	0	0
	Matérias	278.187	288.783		Produtos	0	425.440
62	Fornecimentos e serviços externos	1.150.887	1.302.353	72	Prestação de serviços	2.423.277	2.960.301
	Custos com o pessoal:				Variação da produção	117	15.384
641+644	Remunerações	1.634.969	1.716.929	75	Trabalhos para a própria empresa	0	24.399
	Encargos sociais:			73	Proveitos suplementares	289.002	265.804
643+644	Pensões	75.476	72.074	74	Subsídios à exploração	0	0
645/8	Outros	834.829	510.834	76	Outros proveitos operacionais	0	0
662+663	Amortiz. imobiliz. corpóreo e incorpóreo	1.170.931	1.270.979	77	Reversão de amort. e ajustamentos	289.002	265.804
666+667	Ajustamentos	38.480	74.312		(B)	2.712.396	3.691.328
67	Provisões	1.209.411	1.345.291	782	Ganhos em emp. do grupo e associadas		
63	Impostos	616.130	283.173	784	Rendimentos de participações de capital		
65	Outros custos operacionais	27.749	169.472	781+783	Rend. de tít. negoc. e out. aplic. financeiras		
	(A)	5.881.504	5.748.244		Relativos a empresas do grupo		
682	Perdas em empresas do grupo e associadas	0	0		Outros		
683+684	Amortizações e Ajust. de aplic. e inv. financ.	0	0	781+785/8	Outros juros e proveitos similares		
681+685/8	Juros e custos similares:				Relativos a empresas interligadas	1.191.786	1.037.911
	Relativos a empresas do grupo	0	0		Outros	64	2.129.984
	Outros	4.438.752	2.879.781		(D)	3.904.246	5.821.313
	(C)	10.320.256	8.628.025	79	Proveitos e ganhos extraordinários	129.639	3.473.780
69	Custos e perdas extraordinárias	35.778	47.000				
	(E)	10.356.034	8.675.025				
86	Imposto s/ o rendimento do exercício	-7.928	-58.264				
	(G)	10.348.106	8.616.760				
88	Resultado líquido do exercício	-6.314.221	678.333				
		4.033.885	9.295.093		(F)	4.033.885	9.295.093
Resumo:							
	Resultados Operacionais: (B)-(A)	-3.169.108	-2.056.916				
	Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-3.246.902	-749.796				
	Resultados Correntes: (D)-(C)	-6.416.010	-2.806.712				
	Resultados Antes de Impostos: (F)-(E)	-6.322.149	620.068				
	Resultado Líquido do Exercício: (F)-(G)	-6.314.221	678.333				

Lisboa, 2 de Maio de 2006

O Técnico Oficial de Contas N° 33.321
Sandra Vieira

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**
Valores expressos em Euros **EXERCÍCIOS**

	2005	2004
Vendas e prestações de serviços	2.423.276,93	3.385.741,71
Custos de vendas e das prest. Serviços	1.887.131,08	1.962.812,13
Resultados Brutos	536.145,85	1.422.929,58
Outros proveitos e ganhos operacionais	289.119,06	305.587,53
Custos de Distribuição	96.576,60	66.764,75
Custos Administrativos	1.858.080,00	1.776.145,38
Outros custos e perdas operacionais	2.047.368,18	1.942.521,44
Resultados Operacionais	(3.176.759,87)	(2.056.914,46)
Custo liquido de financiamento	1.549.726,00	1.841.654,58
Ganhos (perdas) em filiais e associadas		
Ganhos (perdas) em outros investimentos		
Resultados não usuais ou não frequentes	(1.594.746,60)	3.812.189,52
Resultados Correntes	(6.321.232,47)	(86.379,52)
Imposto s/ Resultados correntes	(7.927,77)	(58.264,13)
Resultados Correntes após impostos	(6.313.304,70)	(28.115,39)
Resultados Extraordinários	(916,61)	706.448,03
Imposto s/ Resultados Extraordinários		
Resultados Líquidos	(6.314.221,31)	678.332,64
Resultado por Acção	(3,19)	0,29

Lisboa, 2 de Maio de 2006

O Técnico Oficial de Contas
Nº 33.321
Sandra VieiraA Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em Euros)

0. Nota introdutória

A **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.** é uma sociedade anónima constituída por escritura pública de 23 de Novembro de 1960. O seu Capital actual é de 12.500.000 Euros, representado por 2.500.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada.

O seu objecto social, tal como definido nos estatutos, é a construção em geral, quer pública, quer particular, a compra de prédios para revenda e ainda qualquer outra actividade que lhe convenha e que a assembleia geral delibere.

A actividade da Empresa é fortemente interdependente com a das suas principais associadas, está centrada nos ramos imobiliário, de construção e de gestão e exploração de unidades hoteleiras, compreendendo no Estoril a exploração do Hotel Atlantis Sintra Estoril, em Lisboa na Rua Castilho o Drugstore Grão-Pará com Centro de Conferências e estacionamento público e no Algarve a exploração do Aparthotel Solférias com o restaurante-esplanada “Boteco” na praia do Paraíso e o desenvolvimento da Estalagem da Cegonha com centro hípico anexo.

A actividade das restantes associadas compreende ainda a exploração no Algarve do Hotel Atlantis Vilamoura e do Aparthotel Alagoas, em Lisboa o Centro Comercial Espaço Chiado e na Madeira empreendimentos turísticos para venda.

A Imobiliária Construtora Grão-Pará possui gabinetes técnicos de Arquitectura e Engenharia que vêm desenvolvendo projectos imobiliários para a sua actividade bem como para actividade de algumas associadas, nomeadamente:

- No Algarve, na zona da Praia do Carvoeiro, em continuação do seu Empreendimento, projectos para 30 Lotes de habitação e turismo e em Alfindanga a apresentação de projecto para um complexo habitacional turístico ocupando 10 hectares;
- A criação de um Complexo em condomínio para a entrada da Vila de Lagoa, com aproveitamento de parte da remodelação do Complexo Alagoas;
- O Complexo da Cegonha, para o qual está aprovado um projecto para a construção de 51 apartamentos, os quais se encontram em fase de construção. O Clube hípico da Cegonha que tem em estudo uma parceria para a recuperação das pistas e “relais” hípico, para filiar às cadeias internacionais do ramo;
- O projecto de arquitectura da Comportur, para uma cidade Turística na região de Sagres, da autoria de um dos maiores Arquitectos do mundo (Oscar Niemeyer), para o qual se prevê a associação a parceiros nacionais e estrangeiros, alguns dos quais já accionistas da empresa;
- Em Estremoz, onde a Empresa vai apresentar um plano de um complexo habitacional com parte turística de grande interesse para aquela importante cidade;
- Na Madeira (Matur) a remodelação de um projecto para um centro comercial que dê apoio às zonas das cidades de Machico, Santa Cruz e aeroporto e ainda vários Projectos a implantar no complexo, que aguardam despacho da Câmara Municipal de Machico;
- Diversos projectos habitacionais já aprovados para os terrenos circundantes do Autódromo, para os quais faltam as licenças;
- No Brasil onde a Empresa está a desenvolver alguns projectos, que serão para avançar com parcerias locais.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. Derrogações de disposições do P.O.C.

Nas demonstrações financeiras não foi aplicado o método da equivalência patrimonial previsto pela Directriz Contabilística n.º 9/92 aos investimentos financeiros relativos a partes de capital em filiais, que estão relevados pelo método do custo, uma vez que a Empresa apresenta contas consolidadas.

2. Comparabilidade com o exercício anterior

Não ocorreram no exercício mudanças de políticas e/ou critérios contabilísticos, pelo que os saldos são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do exercício anterior.

As quantias relativas ao exercício de 2004 (comparativo) incluídas nas presentes Demonstrações Financeiras, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas ao POC pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

3. Bases contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos seus livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras foram os seguintes:

i) Imobilizações incorpóreas

As Imobilizações incorpóreas, que compreendem essencialmente despesas de instalação, encontram-se registadas ao custo, sendo amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

ii) Imobilizações corpóreas

As Imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais, referidas na nota 12.

No exercício de 2001 procedeu-se à reavaliação extraordinária, efectuada por uma empresa externa, do Edifício da sede, do Hotel Atlantis Sintra Estoril e da Estalagem da Cegonha. Em 2002 procedeu-se à reavaliação extraordinária, pela mesma empresa, do Aparthotel Solférias. A reavaliação destes activos no montante de 26.077.132,89 Euros (2001) e de 2.449.321,40 Euros (2002), respectivamente, veio permitir conferir a estas rubricas das Demonstrações Financeiras, a realidade patrimonial da empresa.

As amortizações são calculadas, segundo o método das quotas constantes aplicando-se as taxas da Portaria 737/81, no que diz respeito aos bens já existentes em 31 de Dezembro de 1988. Para os bens adquiridos após aquela data aplicam-se as taxas previstas no Decreto Regulamentar 2/90, com excepção dos valores relativos ao Hotel Atlantis Sintra Estoril, para os quais se utilizaram as taxas mínimas previstas no citado Decreto Regulamentar.

iii) Investimentos financeiros

Os Investimentos financeiros relativos a partes de capital em empresas do Grupo e empresas associadas, estão valorizados ao custo de aquisição, tendo sido as participações na AUTODRIL, S.G.P.S, S.A. e COMPORTUR – Companhia Portuguesa de Urbanização e Turismo, S.A. ajustadas em 1987, na sequência de aumentos de capital realizados por incorporação de reservas (nota 13).

iv) Existências

As Mercadorias e as Matérias-primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os Produtos acabados e intermédios e os Produtos e trabalhos em curso estão valorizados ao custo de aquisição ou, no caso de projectos, pelos custos directos incorridos pelo Departamento técnico e/ou estimativas de honorários, apuradas em 1995 e 1996, pela aplicação de tabelas de trabalhos de arquitectura e engenharia a cada uma das fases em que esses projectos se encontravam.

v) Dívidas de e a terceiros

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação. À data de Balanço, as dívidas de ou a terceiros resultantes dessas operações, em relação às quais não exista fixação ou garantia de câmbio, são actualizadas com base no câmbio dessa data. As respectivas diferenças de câmbio são reconhecidas como resultados do exercício.

vi) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea ii) acima, são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

vii) Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual estas transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registados nas rubricas de Acréscimos e Diferimentos.

4. Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa

Os saldos de dívidas a terceiros expressos em dólares americanos (empréstimo bancário ao BES no valor USD 18.308.921,44), foram convertidos à data de balanço à taxa de Divisa USD: 1 = 1,2093 Euros.

6. Imposto sobre o rendimento

As situações anteriores à data da entrada em vigor da Directriz Contabilística número 28 – “Impostos sobre o rendimento” resultaram num imposto diferido passivo de aproximadamente 11.000.000 Euros, decorrentes de reavaliações económicas e fiscais dos seus activos imobilizados e num imposto diferido activo de aproximadamente de 8.500.000 Euros decorrentes de prejuízos fiscais ainda não utilizados.

À data de 31 de Dezembro de 2005 estes montantes já foram revertidos em aproximadamente 5.700.000 Euros (I. Diferido Activo) e 5.200.000 Euros (I. Diferido Passivo).

Os Impostos Diferidos contabilizados no exercício no montante de 25.218 Euros referem-se à reversão do imposto diferido passivo relativo à amortização correspondente à reavaliação do Aparthotel Solférias efectuada em 2002.

No exercício não ocorreram outras situações relevantes que determinassem o reconhecimento de novos impostos diferidos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos últimos quatro exercícios, poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão, embora se considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2005.

7. Número médio de pessoas ao serviço da Empresa

O número médio de empregados da Empresa é de 134.

8. Despesas de instalação e de Investigação e desenvolvimento

Os valores relevados na conta 433 – Propriedade Industrial e Outros Direitos correspondem a encargos com o registo de marcas.

10. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado e respectivas amortizações e ajustamentos

Durante o exercício os movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos foram os seguintes:

Activo Bruto				
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transf. Abates	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas				
Propr. Ind. Outros direitos	3.542,46			3.542,46
	3.542,46	0	0	3.542,46
Imobilizações Corpóreas				
Edifícios e out. Construções b)	40.524.919,38	3.215,59	a)-6.687.807,16	33.840.327,81
Equipamento básico	3.750.178,20	22.871,91		3.773.050,11
Equipamento de transporte	397.961,43	13.100,00	-64.618,59	346.442,81
Ferramentas e utensílios	45.235,56			45.235,56
Equipamento administrativo	1.059.284,90	14.541,42		1.073.826,32
Outras imob. Corpóreas	203.355,80			203.355,80
Imobilizações em curso	486.858,46	333.273,89		820.132,35
	46.467.793,73	387.002,81	-6.752.425,75	40.102.370,79
Investimentos Financeiros				
Partes cap. Empresas/grupo	9.035.058,85	400,00		9.035.458,85
Títulos e out. Aplic. Financ.	7.669,89			7.669,89
	9.042.728,74	400,00	0	9.043.128,74
Amortizações e Ajustamentos				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação Reversão	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas				
Propr. Ind. Outros direitos	3.542,46	0	0	3.542,46
	3.542,46	0	0	3.542,46
Imobilizações Corpóreas				
Edifícios e out. Construções b)	6.732.382,53	916.845,22	a)-1.617.194,30	6.032.033,45
Equipamento básico	2.820.528,16	174.114,01		2.994.642,17
Equipamento de transporte	304.996,51	44.152,87	-45.922,50	303.226,88
Ferramentas e utensílios	43.069,65	224,68		43.294,33
Equipamento administrativo	977.797,27	33.987,38		1.011.784,65
Outras imob. Corpóreas	195.381,72	1.606,64		196.988,36
	11.074.155,84	1.170.930,80	-1.663.116,80	10.581.969,84

- a) Vendas do Auditório, Loja 9, 11, 12, 13 e dos andares 7º e 8º do Edifício da Rua Castilho ao Fungere, bem como as vagas na garagens que pertencem as fracções.
- b) Esta rubrica inclui o H.A.Sintra Estoril cujo o valor liquido é de cerca de 14.000.000 Euros. Em Agosto de 2005 foi efectuada uma venda deste edifício ao Besleasing Factoring, SA pelo

montante de 5.000.000 Euros, seguida de uma locação financeira pela mesma entidade. O montante a pagar foi registado numa conta de “Outros Credores”.

12. Diplomas legais em que se baseou a reavaliação de Imobilizações corpóreas

Os diplomas legais que serviram de base às reavaliações de Imobilizações corpóreas foram os seguintes:

- Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro;
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei n.º 111/88 de 2 de Abril;
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro;
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 2 de Fevereiro;

13. Discriminativo das reavaliações

O detalhe dos custos históricos de aquisição de Imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação, em 31 de Dezembro de 2005, líquidos de amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Custos Históricos (a)	Reavaliações (a)(b)(c)	Valores Contabilísticos Reavaliados (a)
Imobilizações Corpóreas			
- Edifícios. e out. Construções	5.066.357,93	22.741.936,43	27.808.294,36
- Equipamento básico	671.180,37	107.227,57	778.407,94
- Equipamento de transporte	43.215,96		43.215,96
- Ferramentas e utensílios	1.941,23		1.941,23
- Equip. administrativo	62.041,67		62.041,67
- Outras imob. Corpóreas	6.367,44		6.367,44
	5.851.104,60	22.849.164,00	28.700.268,60

(a) Líquidos de amortizações.

(b) Englobam as sucessivas reavaliações.

(c) Inclui o efeito das reavaliações extraordinárias efectuadas ao edifício da Rua Castilho, ao Hotel Atlantis Sintra Estoril, á Estalagem da Cegonha e ao Aparthotel Solférias.

As participações na AUTODRIL, S.G.P.S, S.A. e COMPORTUR – Companhia Portuguesa de Urbanização e Turismo, S.A. cujo valor de balanço é 8.089.292,30 Euros e 850.312,71 Euros, respectivamente, foram corrigidas em 1987, nos montantes de 3.944.768,11 Euros e 734.210,55 Euros, respectivamente, por força de aumentos de capital realizados nessas empresas e por incorporação de reservas .

14. Afectação por actividade das imobilizações corpóreas e em curso

A afectação das Imobilizações corpóreas e em curso, por actividade é a seguinte:

Actividade hoteleira:

Imobilizações corpóreas	25.659.238,35
Imobilizações em curso	<u>820.132,35</u>
	26.479.370,70

Actividade de construção civil e outras:

Imobilizações corpóreas	3.041.030,25
-------------------------	--------------

15. Bens utilizados em regime de locação financeira

Os bens utilizados em regime de locação financeira e respectivo valor contabilístico são os seguintes:

Bens	Ano	Taxa	Valor de Contrato	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Material de Health Center	1996	6,25%	17.789,63	11.118,52	6.671,11
Ar Condicionado	1997	6,25%	34.555,72	19.437,59	15.118,13
Viatura	2002	25%	37.687,17	37.687,17	-
Viatura	2003	25%	35.714,29	26.785,72	8.928,57
Viatura	2004	25%	29.092,26	14.546,23	14.546,23
Total					45.264,04

16. Relação das Empresas do Grupo e Associadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2005 a Empresa detinha as seguintes participações em empresas filiais e associadas:

Firma/ Sede Social	Frac. Cap. Detido	Valor Contab. Da Part.	Capital Próprio	Result. Exercício
Indumármore – Ind. De Mármore, Lda.. Lisboa	90%	13.467,54	16.926,22	-8.595,41
Autodril – S.G.P.S., S.A.. Lisboa	99,71%	8.089.292,31	3.534.735,40	-3.124.569,68
Somotel – Soc. Portuguesa de Motéis, S.A.. Lisboa (2)	25,03%	69.666,94	-9.964.491,89	-794.294,19
Comportur – Comp. Port. Urb. Turismo, S.A.. Lisboa	51,6%	850.312,71	3.268.599,65	-66.264,19
Compete – Comp. Prom. Emp. Turísticos, S.A.. Lisboa	89%	8.878,60	(1)	(1)
Orplano – Org. Plan. Técnicos Const., Lda.. Lisboa	34%	847,96	(1)	(1)
Turidecor – Soc. Dec. Tur. Hoteleiras, Lda.. Lisboa	30%	2.992,79	(1)	(1)

(1) Sem actividade há vários anos

(2) Esta empresa encontra-se em situação contemplada no Art. 35º do C.S.C..

19. Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do activo circulante.

As rubricas de capital circulante relevadas em Balanço incluem existências valorizadas de acordo com o critério valorimétrico do custo de aquisição, cujas diferenças para os respectivos preços de mercado são materialmente relevantes, nomeadamente nos terrenos do Cais do Ginjal, de Estremoz, de Alfandanga e da Apelação.

21. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante

Os ajustamentos acumulados a 31 de Dezembro de 2005 e o seu movimento durante o exercício, são os seguintes:

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Dividas de terceiros				
Ajustamentos cobranças duvidosas:				
Dividas de Clientes	433.763,11	696,72		434.459,83
Out. dívidas de Terceiros	235.765,63	34.292,25		270.057,88
	669.528,74	34.988,97		704.517,71
Existências				
Ajustam. p/depreciação existências:				
Prod. Trabalhos em curso	675.434,85	3.491,33		678.926,18

23. Dívidas de cobrança duvidosa

São as seguintes as dívidas de cobrança duvidosa :

Valores afectos a Clientes (Clientes de cobrança duvidosa):	434.459,83
Valores afectos a Outros devedores:	270.057,88

25. Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da empresa**Passivas**

Acordos mútuos de cessação de contrato de trabalho (em prestações)	146.478,54
--------------------------------------------------------------------	------------

28. Dívidas ao Estado e outros entes públicos em mora

As dívidas ao Estado e outros entes públicos em mora são:

Contribuições para a Segurança Social	3.740.470,25 (1)
Contribuição Autárquica	691.045,83 (1)
Imposto Municipal sobre Imóveis	186.750,54
I.R.S.	25.149,30
I.R.C.	342.853,19
Taxa Municipal de Esgotos	4.000,55
P.E.C. (Pagamento Especial por Conta)	<u>133.003,50 (2)</u>
Total	5.123.273,16

(1) Existem processos em curso que se encontram a ser liquidados em prestações.

(2) Valor não contabilizado.

As dívidas que se mantêm em mora, estão incluídas nos valores a compensar com o montante do crédito reclamado na acção judicial que conjuntamente com algumas associadas intentamos contra o Estado em 2001.

Na sequência desta acção a Segurança Social aceitou ainda uma garantia bancária, em Dezembro de 2002, caucionando as dívidas existentes a seu favor até Setembro de 2002, que assegurará o pagamento das mesmas no caso da situação contributiva não ter sido regularizada até 60 dias após a trânsito em julgado do processo.

No exercício de 2003 a empresa negociou com a Segurança social a constituição de uma garantia real que cobrisse as responsabilidades, a partir de Setembro de 2002, da Imobiliária Construtora Grão-Pará e das restantes empresas signatárias do Acordo Global (Interhotel, S.A., Matur, S.A. e Autodril – S.G.P.S.,S.A.)

Apesar da Segurança Social ter mandado proceder à avaliação de terrenos que iriam garantir as responsabilidades vencidas e vincendas até ao valor Crédito Fiscal (16.952.409 Euros), a execução contratual da garantia oferecida não foi realizada, uma vez que não houve aceitação da mesma por parte daquela entidade pública.

No exercício de 2004, a acção judicial para reconhecimento do Crédito Fiscal teve uma decisão desfavorável em Primeira Instancia, sem sequer haver julgamento. Desta decisão foi interposto recurso, determinando que se realize julgamento em Primeira Instancia.

Em 2005 o Tribunal Central Administrativo reconheceu a existência de um crédito, tendo-lhe contudo atribuído um carácter cível e não de um Crédito Fiscal.

A empresa recorreu para o Tribunal Constitucional, encontrando-se o mesmo pendente de decisão.

30. Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais

Hipotecas a favor do Banco Espírito Santo:

- Financiamento no valor de USD 18.308.921,44 com garantia de diversos imóveis sítos na Madeira propriedade da Empresa e da Matur, S.A. no montante de 15.140.098 Euros;
- Financiamento de 21.908.140,00 Euros com garantia de terrenos propriedade da Autodril - Sociedade Imobiliária, S.A., do Aparthotel Alagoas propriedade da Somotel, S.A. e da Estalagem da Cegonha.
- Financiamento de 440.000,00 Euros com garantia de livrança com aval.

Hipoteca a favor do Banco BCPInvestimento:

- Financiamento no valor de 2.712.019,85 Euros com garantia de imóveis sítos em Vilamoura. Capital em dívida á data – 458.119,73 Euros.

Hipoteca a favor do Banco Comercial Português:

- Financiamento no valor de 895.000 Euros com garantia de 239.799 acções da Imobiliária Construtora Grão-Pará, propriedade da Autodril –Sociedade Gestora de Participações Sociais. Acordo de pagamento um 20 prestações semestrais com início em Novembro. Capital em dívida á data – 850.250 Euros.

32. Responsabilidades por garantias prestadas

Os Bancos prestaram a pedido da Empresa garantias a várias entidades no valor de 2.571.602,60 Euros, sendo:

N.º Garantia	Valor	A favor de
B.E.S.		
179 618	20.466,32	Tribunal de trabalho de Lisboa
195 295	15.375,58	Instituto Emprego Formação Profissional
267 524	7.938,81	Tribunal de Trabalho
277 943	269.814,95	Repartição Finanças Lagoa
283 224	40.545,43	Tribunal Tributário 1ª Estância
291 053	59.798,82	Direcção Geral Turismo
297 627	2.072.143,37	Int. Gestão Financeira S. Social
302 433	9.400,48	D.G.Impostos – Ser. Finanças de Lagoa
302 434	9.395,98	D.G.Impostos – Ser. Finanças de Lagoa
302 435	9.396,98	D.G.Impostos – Ser. Finanças de Lagoa
309 525	28.847,73	Câmara Municipal de Lisboa
321 504	16.494,74	Câmara Municipal de Lisboa
B.B.V.A.		
674	11.484,61	Câmara Municipal de Lisboa
B.T.A.		
122105	498,80	Câmara Municipal de Loures

36. Categorias de acções

Não há categorias diferenciadas nas acções da Empresa e o seu valor nominal é de 5 Euros. As acções são quase na sua totalidade ao portador.

39. Movimentos ocorridos na rubrica de Reversas de Reavaliação

Variações ocorridas nas rubricas de Reservas de Reavaliação, foram;

Rubricas	Saldo	Aumento	Diminuições	Saldo
	Inicial			Final
Ao abrigo de Decretos-Lei	7.908.238,81		5.062.657,15	2.845.581,66
De Impostos Diferidos	-777.965,00			-777.965,00
Reservas Livres				
De Inv. Financeiros	4.678.978,66			4.678.978,66
De Imob. Corpóreas	25.749.856,73		1.188.401,63	24.561.455,10
De Existências	1.056.993,41			1.056.993,41
	38.616.102,61	0	6.251.058,78	32.365.043,83

O movimento ocorrido no exercício refere-se à transferência para Resultados Transitados do valor das reservas relativas ao 4º andar do Edifício da Rua Castilho (vendido no exercício transato à Fungere), do Auditório, Lojas 9, 11, 12 e 13 e 7º e 8º andar do mesmo edifício (vendidos neste exercício).

40. Movimentos ocorridos nas rubricas de Capitais próprios

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Capitais próprios durante o exercício foram os seguintes:

Rubricas	Saldo	Aumento	Reduções	Saldo
	Inicial			Final
Capital	12.500.000,00			12.500.000,00
Acções próprias				
Valor nominal	-1.030,00			-1.030,00
Prémios e descontos	-946,28			-946,28
Prémios de emis. Acções	4.888.219,39			4.888.219,39
Reservas de Reavaliação	38.616.102,61		6.251.058,78	32.365.043,83
Reservas				
Reservas Legais	445.205,09	33.916,63		479.121,72
Reservas Livres	3.315.596,05			3.315.596,05
Resultados transitados	-30.565.954,99		-6.895.474,79	-23.670.480,20
	29.197.181,87	33.916,63	-644.416,01	29.875.524,51

41. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

A demonstração do apuramento do custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas é a seguinte:

Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas, Subsid. E de Consumo
Existências iniciais	1.050.672,53	8.909,58
Compras	53.705,29	279.865,88
Regularização de existências	-858,92	-588,97
Existências finais	1.049.652,82	9.999,94
Custos no exercício	53.866,08	278.186,55

42. Demonstração da Variação da produção

O valor apurado da variação da produção, com referência a 31 de Dezembro de 2005, demonstra-se da seguinte forma:

Movimentos	Produtos Acabados E intermédios	Produtos e Trabalhos em curso
Existências finais	90.858,82	7.900.813,30
Regularização de existências	-	-
Existências iniciais	90.858,82	7.900.696,37
Aumento / Redução	-	116,93

43. Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas ao conselho de Administração e ao Conselho Fiscal/Fiscal Único foram as seguintes:

Conselho de Administração	225.500,00
Conselho Fiscal/ Fiscal Único	21.250,00

44. Vendas e prestações de serviços líquidas por mercados e actividades

A repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços por categorias de actividades e mercados foi a seguinte:

Descrição	Mercado	Mercado	Total
	Interno	Externo	
Prestação de serviços:			
Actividade hoteleira	2.246.378,24	100.159,53	2.346.537,77
Outras actividades	76.739,18		76.739,18
Total	2.323.117,42	100.159,53	2.423.276,95

45. Demonstração dos Resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios	
	31-12-2005	31-12-2004
Juros suportados	2.578.001,58	2.384.628,65
Diferenças de câmbio desfavoráveis	a) 1.689.523,98	636,53
Outros custos e perdas financeiros	171.226,61	494.515,69
Resultados Financeiros	-3.246.902,03	-749.797,02
	1.191.850,14	2.129.983,85

Proveitos e ganhos	Exercícios	
	31-12-2005	31-12-2004
Juros obtidos	b) 1.191.786,45	1.038.034,88
Diferenças de câmbio favoráveis	,91	1.091.948,54
Descontos pronto pagamento obtidos	62,71	
Outros prov. e ganhos financeiros	,07	0,42
	1.191.850,14	2.129.983,85

- a) Valor da diferença de câmbio resultante da actualização do empréstimo que a empresa mantém com o Banco Espírito Santo no valor de USD 18.308.921,44.
- b) Valor referente ao débito de juros às empresas do Grupo Interhotel, S.A. e Somotel, S.A. sobre os saldos relativos a transacções comerciais em mora.

46. Demonstração dos Resultados extraordinários

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios	
	31-12-2005	31-12-2004
Donativos	11.485,00	5.939,90
Perdas em existências	807,74	96,12
Perdas em imobilizado		
Multas e penalidades	8.060,84	6.963,34
Correcções relativas a exercícios anteriores	15.197,83	33.597,90
Outros custos e perdas extraordinários	226,74	402,69
Resultados Extraordinários	93.860,71	3.426.779,99
	129.638,86	3.473.779,94

Proveitos e ganhos	Exercícios	
	31-12-2005	31-12-2004
Ganhos em existências	5,53	1,05
Ganhos em imobilizado	a) 102.762,14	2.724.795,30
Benefícios e penalidades contratuais		2.500,00
Correcções relativas a exercícios anteriores	26.798,88	35.879,85
Outros proveitos e ganhos extraordinários	81,31	710.603,74
	129.638,86	3.473.779,94

- a) Verba relativa à mais-valia apurada na venda do Auditório, Lojas 9, 11, 12, 13 e dos andares 7º e 8º do Edifício da Rua Castilho ao Fungere, bem como as vagas na garagem que pertencem às fracções.

47. Informações exigidas por diplomas legais

Lista dos accionistas que na data do encerramento do exercício social sejam titulares de pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital de acordo com o n.º 4 do art.º 448 do Decreto-Lei 262/86, de 2 de Setembro (Código das Sociedades Comerciais):

Fernanda Pires da Silva	671.582 acções
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro	34.288 “
Santa Filomena, S.G.P.S., Lda. (dominada por Dr. Abel Pinheiro)	249.373 “
KB BUSINESS (dominada por Dr. Abel Pinheiro)	224.000 “
Autodril, S.G.P.S., S.A.	440.180 “

Número de acções próprias da Sociedade por ela detidas, de acordo com alínea c) do n.º 2 do art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais:

- A empresa possui 206 acções próprias.

48. Projectos em curso

Os principais projectos imobiliários em que a Empresa trabalha actualmente são os diversos projectos para os terrenos circundantes do Autódromo, pertencentes à Autodril- Sociedade Imobiliária, S.A., o projecto em Pena Furada da Comportur, S.A. e ainda os projectos na Madeira, após a conversão de terrenos turísticos em imobiliários, em virtude da ampliação do Aeroporto de Santa Catarina.

49. Contingências

A Empresa é ré numa acção declarativa de condenação para indemnização por incumprimento de celebração de escritura pública de compra e venda de uma fracção no edifício da Rua Victor Cordon, que poderá ascender a 501.665,99 Euros.

A Empresa é ainda ré numa acção declarativa com processo ordinário, relativa à responsabilidade civil contratual decorrente de um contrato de prestação de serviços, em que foi condenada ao pagamento de 221.530 Euros acrescidos de juros desde de Outubro de 1993. A Empresa apresentou como caução a hipoteca de uma fracção de um prédio pertencente a uma empresa do grupo (Cine Teatro da Grão-Pará Agroman, S.A.), para a qual foram pedidas duas avaliações independentes. Já em Fevereiro de 2006 a empresa foi notificada de que a caução oferecida era inidónea, tendo sido apresentado nova caução, que se encontra em análise.

No processo intentado por José Parente Seixas, a empresa foi condenada ao pagamento do valor de 81.130, 87 Euros acrescido de juros até ao integral e efectivo pagamento.

50. Outras Informações

A Empresa é subsidiariamente responsável no empréstimo titulado pela Matur, S.A., à Caixa Geral de Depósitos, no montante de 9.975.957,94 Euros a pagar até Fevereiro de 2005. Neste momento o Banco intentou uma acção para cobrar a dívida.

Lisboa, 2 de Maio de 2006

O Técnico Oficial de Contas
Nº 33.321 – Sandra Vieira

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

2005

Valores expressos em Euros

2005

2004

Actividades Operacionais:

Recebimentos de clientes	2.312.846,59		3.241.923,90	
Pagamentos a fornecedores	-842.878,06		-1.046.924,41	
Pagamentos ao pessoal	-851.748,30		-768.846,97	
Fluxo gerado pelas operações	<u>618.220,23</u>		<u>1.426.152,52</u>	
Pag/Rec. Do imposto sobre o Redimento	0,00		0,00	
Outros Rec/Pag. relativos a actividade operacional	1.215.675,58		-4.618.065,84	
Fluxos gerados antes das rub. Extraordinárias	<u>1.833.895,81</u>		<u>-3.191.913,32</u>	
Recebimentos relacionados c/ rub. Extraordinárias	0,00		0,00	
Pagamentos relacionados c/ rub. Extraordinárias	0,00		-57,54	
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>1.833.895,81</u>		<u>-3.191.970,86</u>

Actividades de investimento:

Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	0,00		-271,00	
Imobilizações corpóreas	-991,70	-991,70	-5.612,89	-5.883,89
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>-991,70</u>		<u>-5.883,89</u>

Actividades de financiamento:

Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos Obtidos	3.395.000,00	3.395.000,00	23.705.908,03	23.705.908,03
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	-2.259.634,70		0,00	
Juros e custos similares	-1.893.648,47	-4.153.283,17	-1.925.792,04	-1.925.792,04
Fluxos das de financiamento (3)		<u>-758.283,17</u>		<u>21.780.115,99</u>

Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		1.074.620,94		18.582.261,24
Efeitos das diferenças de cambio		-1.689.523,07		1.091.312,01
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo		-1.543.615,46		-20.125.876,70
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		-468.994,52		-1.543.615,46

ANEXO A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 2004

2 - Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

	EXERCÍCIOS	
	2005	2004
Numerário	5.568,69	8.649,19
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	4.142,78	171.170,13
Equivalentes a Caixa	-478.705,99	-1.723.434,78
Caixa e seus equivalentes	-468.994,52	-1.543.615,46
Disponibilidades constantes do Balanço	9.711,47	179.819,32

Lisboa, 2 de Maio de 2006

O Técnico Oficial de Contas
Nº 33.321
Sandra Vieira

A Administração

Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro



Rua Fradesso da Silveira, 6, 3º A
Complexo Alcântara Rio, Bloco C
1300-609 Lisboa
PORTUGAL
Tel.: +351 213 602 500
Fax: +351 213 602 501
auren.lisboa@aren.pt

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório sobre a actividade que desenvolvemos e dar o Parecer sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 da **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.**, os quais são da responsabilidade do seu Conselho de Administração.

No desempenho das nossas funções, acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade e os negócios da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2005, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos Fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, e os correspondentes anexos, verificando a conformidade destes documentos com o Relatório de Gestão. O nosso exame foi efectuado de acordo com as disposições estatutárias e legais aplicáveis, sendo suportado, do ponto de vista técnico, pela Certificação Legal das Contas e pelo Relatório Anual de Fiscalização, emitido nos termos do art. 451º do Código das Sociedades Comerciais, os quais consideramos por reproduzidos neste documento.

Face ao exposto, somos de parecer que as Demonstrações Financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Lisboa, 5 de Maio de 2006

AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 8158)
Representada por:

Victor Manuel Leitão Ladeiro
(R.O.C. nº 651)

AUREN AUDITORES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Capital: € 75.000 NIF/VAT: 503 373 885
Inscrição O. R. O. C. n.º 123 Registo C. M. V. M. n.º 8158 Matrícula C. R. C. Lisboa n.º 12772



Rua Fradesso da Silveira, 6, 3º A
Complexo Alcântara Rio, Bloco C
1300-609 Lisboa
PORTUGAL
Tel.: +351 213 602 500
Fax: +351 213 602 501
auren.lisboa@aren.pt

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 2005 da **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005, que evidencia um total de 80.673.041 Euros e um total de capital próprio de 23.561.303 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6.314.221 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do principio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.** em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- i) Conforme referido na Nota 28 do Anexo, à data de 31 de Dezembro de 2005, encontravam-se em mora responsabilidades perante a Administração fiscal e a Segurança social, no montante de 5.123.270 Euros, estando provisionados os respectivos juros, no montante de cerca de 2.326.900 Euros. Estes valores estão incluídos na relação das dívidas ao fisco e à Segurança social que a Empresa pretende compensar com o montante do crédito fiscal reclamado na acção judicial que intentou contra o Estado em 2001, conjuntamente com as suas associadas. Em 2005 o Tribunal Central Administrativo reconheceu a existência deste crédito atribuindo-lhe um carácter cível e não de crédito fiscal, tendo a Empresa recorrido desta decisão para o Tribunal Constitucional, encontrando-se a esta data a aguardar decisão definitiva;
- ii) Subsistem em balanço saldos de significativa antiguidade relativos a dívidas de empresas filiais, no montante de cerca de 28.129.000 Euros, e a encargos com loteamentos, estudos e projectos de arquitectura, no montante de cerca de 5.100.000 Euros, cujas regularizações só deverão ocorrer quando se vier a concretizar algum dos projectos imobiliários que a Empresa e as suas filiais estão a procurar desenvolver;
- iii) As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e não consolidada. Em separado foram preparadas demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, cujo montante do capital próprio ascende a 36.142.726 Euros.

Lisboa, 5 de Maio de 2006

AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.

(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 8158)

Representada por:

Victor Manuel Leitão Ladeira

(R.O.C. nº 651)



Extracto da Acta n.º77
IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.

Aos trinta e um dias do mês de Maio de dois mil e seis, pelas 12.30 horas, com dilação de meia hora sobre a hora da convocatória, reuniu na sua Sede no Edifício Espaço Chiado, Rua da Misericórdia, 12 a 20, 3º andar, Escritório 7, em Lisboa a Assembleia Geral da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A., Sociedade Aberta, pessoa colectiva número 500 136 971, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 500 136 971, anteriormente número 30.365, com o capital social de Doze Milhões e quinhentos mil Euros.

Esta reunião foi presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Dr. Júlio Corrêa Mendes e secretariada pela Senhora D. Maria de Fátima Santos Pires e pelo Sr. Dr. Filipe Luis Cazaux Afonso.

O Senhor Presidente verificou a regularidade e tempestividade das publicações da convocatória da Assembleia Geral efectuadas no Jornal Correio da Manhã de 26 de Abril e 29 de Abril de 2006, no Boletim da Euronext nos dias 26 e 28 de Abril de 2006, no Portal do Ministério da Justiça de 27 de Abril e 2 de Maio de 2006. Foi igualmente feito o pedido de divulgação da Convocatória no sistema de Difusão de Informação da CMVM em 26 e 28 de Abril de 2006. Informou ainda que os documentos para esta Assembleia estiveram à disposição dos Senhores Accionistas para consulta na sede da Sociedade, bem como no site www.graopara.pt nos quinze dias anteriores à data aprazada para esta reunião.

Verificou ainda a mesa estarem presentes, ou devidamente representados, nove senhores accionistas, detentores de 834.427 acções, representando 42,22% do capital social votante, a que correspondem 8.344 votos.

Encontrando-se deste modo preenchidos todos os requisitos legais e estatutários, declarou abertos os trabalhos da Assembleia e pediu à Secretária da mesa que lesse os pontos da Ordem de Trabalhos, que é do seguinte teor:

1. 1Apreciar e deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício elaboradas em termos individuais relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005;
2. Apreciar e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados relativa àquele exercício social;
3. Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

Entrando no ponto 1 da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Sr. Dr. Abel Pinheiro para, em nome do Conselho de Administração, prestar os esclarecimentos aos Senhores Accionistas acerca do ponto 1 da Ordem de Trabalhos.

No uso da palavra, o Dr. Abel Pinheiro comunicou à Assembleia representar o Relatório de Gestão do Conselho de Administração a visão global das actividades da empresa no exercício, dando explicações detalhadas sobre a decomposição dos resultados negativos do mesmo.

Como mais ninguém desejasse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente submeteu à votação o ponto 1 da Ordem de Trabalhos, que foi aprovado por unanimidade.

Passando ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos, esclareceu o Senhor Presidente da Mesa tratar-se de mera exigência legal a sua votação em separado, já que a aprovação do ponto 1 cobre a matéria do ponto 2 da Ordem de Trabalhos.

Como nenhum accionista desejasse fazer uso da palavra, pôs à votação o segundo ponto da Ordem de Trabalhos que faz parte do Relatório de Gestão e que tem o seguinte teor: "Propomos que os resultados negativos do exercício, no valor de 6.314.221,31 Euros sejam transferidos para a rubrica Resultados Transitados."

Posto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Entrando no terceiro e último ponto da Ordem de Trabalhos, pediu a palavra o accionista Dr. Frederico Caetano de Moura Pinheiro, que propôs à Assembleia que procedesse a uma apreciação favorável da Administração e Fiscalização da Sociedade, na pessoa de todos os seus membros.

O Sr. Presidente indagou da Assembleia se pretendia votar em conjunto a apreciação da Administração e da Fiscalização e tendo obtido aprovação unânime de ser esse o modo de votação, submeteu a proposta do Senhor Accionista à votação, tendo sido unanimemente aprovada a apreciação favorável da Administração e Fiscalização da Sociedade, na pessoa de todos os seus membros.

Esgotados todos os pontos da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da Assembleia e procedeu à elaboração da presente acta que vai ser assinada pelos membros da respectiva mesa.

Dr. Júlio Corrêa Mendes
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

RELATÓRIO
do
GOVERNO SOCIETÁRIO

O presente Relatório foi preparado nos termos e para os efeitos do estabelecido no Regulamento da CMVM n.º 07/2001, conforme alterado pelos Regulamentos n.º 11/2003, n.º 10/2005 e n.º 03/2006 bem como as recomendações emitidas pela CMVM em matéria de “Governo das Sociedades Cotadas”.

Capítulo 0 – Declaração de Cumprimento

A Grão-Pará cumpre a maioria daquelas recomendações à excepção das seguintes:

- Recomendação IV-6: O conselho de administração não é composto por qualquer membro que possa ser considerado, à luz do estabelecido no n.º 2 do artigo 1º do referido Regulamento, como independente, sendo que o órgão em questão entende que tal recomendação é desadequada face à composição da estrutura accionista da sociedade;

e

- Recomendação IV-7: Não existe no seio interno da sociedade quaisquer comissões de controlo interno com a finalidade única de avaliar a estrutura e o governo societário, atenta a reduzida dimensão da sociedade e a diminuta dispersão das respectivas acções em bolsa.

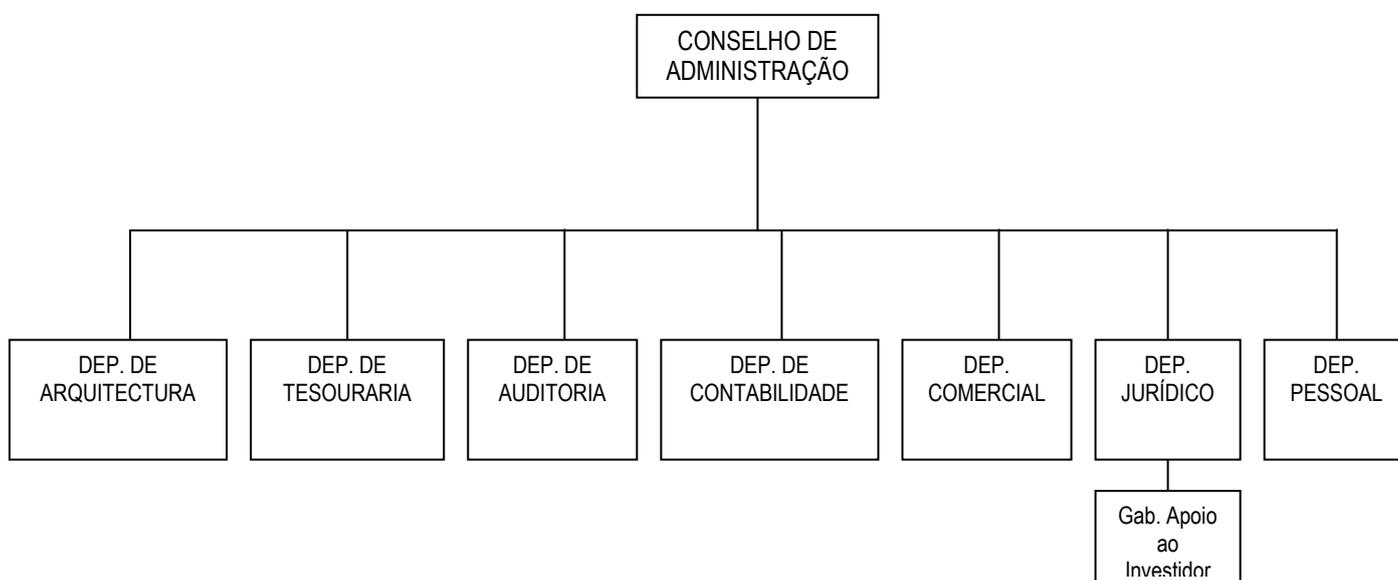
Capítulo I - Divulgação de Informação

1. *Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos da sociedade no quadro do processo de decisão empresarial*

A Grão-Pará adopta, do ponto de vista da sua organização interna, o modelo monista, sendo a sua administração exclusivamente cometida a um conselho de administração.

As funções desempenhadas pelos membros da administração da Grão-Pará subordinam-se à esfera de competências cometidas pelos Estatutos e pela Lei Societária ao conselho de administração.

No que respeita à sua organização interna, a Grão-Pará estrutura-se nos termos do seguinte organograma:



Tendo em conta em conta o organograma acima exposto, o processo de decisão empresarial da sociedade assenta no exercício das respectivas competências legais e estatutárias pelo conselho de administração sempre coadjuvado pelos diversos departamentos que lhe prestam apoio nas respectivas áreas de competência especializada.

Ou seja, o processo de decisão do conselho de administração depende, sempre que necessário, do parecer prévio do departamento jurídico, departamento comercial e departamento de auditoria, assumindo-se os restantes departamentos essencialmente como meros executantes das decisões tomadas pelo órgão de administração.

Relativamente à distribuição dos pelouros entre os diversos membros que compõem o conselho de administração, o Dr. Abel Pinheiro gere os departamentos de “Tesouraria”, Auditoria” e “Contabilidade, sendo a gestão dos restantes assegurada pela Senhora D. Fernanda Pires da Silva.

2. Lista das comissões específicas criadas na sociedade, com indicação da sua composição

Não foram criadas quaisquer comissões específicas na sociedade, em particular comissão de ética ou comissão de avaliação de estrutura e governo societários.

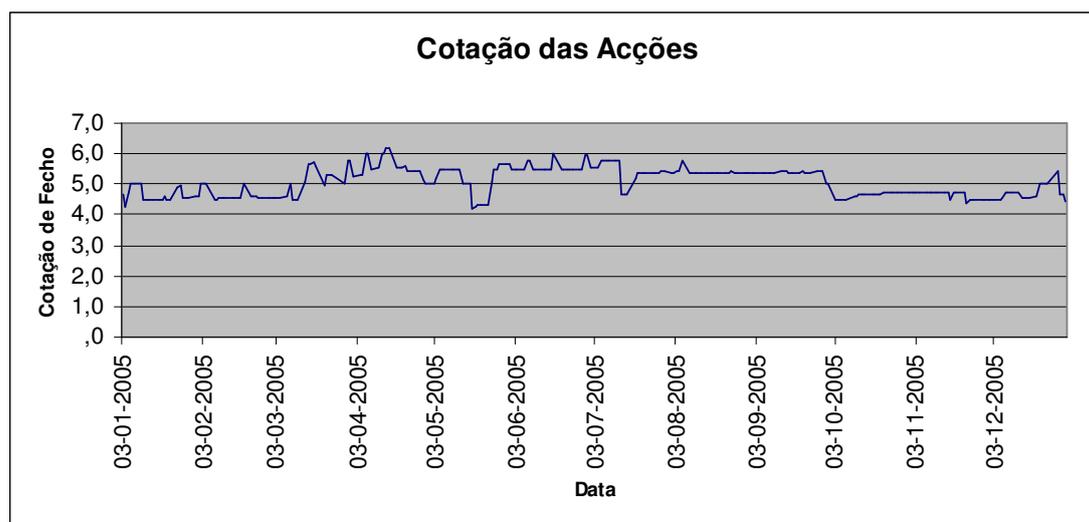
3. Descrição do sistema de controlo de riscos implementado na sociedade

Existe a prática de todos os documentos com relevância jurídica serem submetidos à análise do departamento jurídico e, sempre que necessário, igualmente por escritórios de advogados externos especializados, nomeadamente nas áreas de direito dos valores mobiliários, direito administrativo e direito fiscal.

A par de tal prática, o conselho de administração tem pautado a sua actuação pelo sistemático acompanhamento do risco inerente ao sector de actividade em que a sociedade actua, procurando, de forma atempada, identificar situações potencialmente geradoras de risco bem como minimizar as situações de risco entretanto detectadas.

4. Descrição da evolução da cotação da Emitente

A evolução do comportamento bolsista das acções da Grão- Pará, de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2005, encontra-se representada no gráfico seguinte:



Durante o exercício de 2005, realizaram-se em bolsa um total de 374 negócios em que foram transaccionadas 41.361 acções, tendo o valor de cotação de fecho (por acção) variado entre um máximo de 6,16 euros e um mínimo de 4,19 euros.

Durante o período acima referido, a Grão-Pará não realizou qualquer aumento de capital nem emitiu quaisquer valores mobiliários susceptíveis de conferir uma "posição de socialidade" na sociedade, para além de não ter distribuído dividendos aos seus accionistas, pelo que a evolução da cotação evidenciada no quadro acima não pode ser explicada em função de qualquer das mencionadas situações. Da análise do quadro acima resulta igualmente que as oscilações verificadas na cotação das acções não foram influenciadas pelos resultados da sociedade.

5. Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade

A sociedade não distribuiu por relação ao exercício de 2005 quaisquer dividendos devido à sua situação económica que se encontra evidenciada nos respectivos documentos de prestação de contas elaborados em termos individuais e consolidados.

Também não ocorreu qualquer distribuição de dividendos relativamente aos exercícios de 2003 e 2004.

6. Descrição dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções

Neste exercício, bem como em exercícios anteriores, não foi adoptado pela sociedade qualquer plano de (i) atribuição de acções ou (ii) atribuição de opções de aquisição de acções.

7. Descrição dos elementos principais dos negócios realizados e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo

Não existem quaisquer negócios ou operações a anotar relativamente ao exercício de 2005.

8. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor

No exercício de 2003 foi criado um Gabinete de Apoio ao Investidor com a função de estabelecer um relacionamento directo entre a sociedade e os seus accionistas, os quais poderão, dentro dos limites da Lei, solicitar os esclarecimentos que entendam por necessários, nomeadamente no que

respeita a convocatórias para assembleias gerais, comunicações ao mercado e contas da sociedade.

A pessoa sua responsável é a Senhora Maria de Fátima Nunes dos Santos Xabregas Pires, podendo o referido gabinete ser contactado através do seguintes meios: telefone: 210121021; fax: 21 3860493; mail: contencioso@graopara.pt ; ou carta (Edifício Espaço Chiado, Rua da Misericórdia n.º 12 a 20, 3º Piso, Sala 7, 1200-273 Lisboa).

A sociedade dispõe ainda de uma página oficial na internet (www.graopara.pt), que disponibiliza informação relativa, nomeadamente aos órgãos sociais, convocatórias das assembleias gerais e documentos de prestação de contas.

A função de representante para as relações com o mercado é assegurada pelo Dr. Abel Pinheiro que poderá ser contactado através do telefone (210121000), fax (213860493), carta (Edifício Espaço Chiado, Rua da Misericórdia n.º 12 a 20, 3º Piso, Sala 7, 1200-273 Lisboa) ou mail (adm.rcosta@graopara.pt).

9. Indicação da composição da comissão de remunerações ou órgãos equivalente

Não existe no seio da sociedade uma comissão de remunerações ou qualquer órgão equivalente.

De salientar que, nos termos dos Estatutos, a remuneração dos órgãos sociais (órgão de administração e de fiscalização) é determinada pela assembleia geral tal como previsto no Código das Sociedades Comerciais.

10. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor

Em 2005, a remuneração paga ao fiscal único pelo exercício da função de revisão legal das contas da Grão-Pará ascendeu a 21.250 euros.

Em tal exercício social, o fiscal único realizou também o mesmo trabalho em outras sociedades integrantes do Grupo Grão-Pará, tendo auferido uma remuneração global de 38.750 euros.

Capítulo II- Exercício do Direito de Voto e Representação dos Accionistas

De acordo com o Contrato de Sociedade, poderão participar e votar na assembleia geral os accionistas com direito a voto, correspondendo a cada cem acções um voto.

Os Estatutos prevêem igualmente que os accionistas detentores de um número inferior a cem acções possam agrupar-se de forma a completarem o número mínimo necessário devendo, em tal caso, fazer-se representar por um dos agrupados.

No que respeita à representação voluntária, os Estatutos dispõem que os Accionistas com direito a voto poderão fazer-se representar por qualquer outro accionista com igual direito, mediante carta da qual conste a identificação da reunião da assembleia geral e os assuntos para que o mandato é conferido, a qual deverá, a par de quaisquer outros instrumentos de representação, ser dirigida ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral e recebida na sede da sociedade até três dias antes da data marcada para a realização da assembleia geral. Por seu turno, os representantes das pessoas colectivas e dos incapazes bem como um dos cônjuges em representação do outro deverão apresentar na sede social com, pelo menos, três dias de antecedência, relativamente ao dia marcado para a reunião da assembleia geral, documento justificativo da sua qualidade, se tal qualidade não constar das acções ou de outro título já arquivado na sociedade.

Os Estatutos da Grão-Pará não prevêem expressamente o denominado “voto por correspondência”. Contudo, a sociedade tem incluído nas convocatórias

das assembleias gerais uma referência a tal possibilidade, nos termos seguintes:

“Nos termos do disposto no art. 22º do Código dos Valores Mobiliários, conforme aprovado pelo D.L. n.º 486/99, de 13 de Novembro, o direito de voto poderá ainda ser exercido por correspondência, sem prejuízo da obrigatoriedade de prova, nos termos gerais, da qualidade de accionista. Os Senhores Accionistas que pretendam votar por correspondência devem dirigir uma carta ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, registada com aviso de recepção, endereçada para a sede da sociedade a qual deverá ser recepcionada até ao terceiro dia útil anterior à data da realização da reunião, contendo um subscrito fechado por cada ponto da Ordem de Trabalhos sobre que pretendem votar. Cada subscrito deverá referir (i) tratar-se de um voto por correspondência, (ii) identificar a reunião da Assembleia Geral e (iii) o ponto da Ordem de Trabalhos a que se refere; dentro de cada subscrito deve o Accionista declarar de forma expressa o seu sentido de voto, nomeadamente tomando posição relativamente a quaisquer propostas antecipadamente apresentadas à Assembleia Geral, devendo também indicar se o mesmo se mantém caso aquela seja alterada pelo seu proponente. A declaração de voto deve ser assinada, devendo a assinatura ser reconhecida notarialmente com poderes para o acto ou, no caso de pessoas singulares, ser acompanhada de cópia do respectivo Bilhete de Identidade.

Caberá ao Secretário da Mesa da Assembleia Geral organizar a votação por correspondência e, em especial:

- (i) Abrir os votos;
- (ii) Verificar a qualidade de Accionista e número de votos em causa;
- (iii) Verificar a autenticidade dos votos;
- (iv) Assegurar a confidencialidade dos votos até ao momento do início da votação da Ordem de trabalhos.”

De acordo com os Estatutos da sociedade, para efeitos de participação em assembleia geral, os accionistas deverão depositar as suas acções na sede social ou em qualquer estabelecimento bancário, até cinco dias antes da realização da assembleia.

A sociedade entende que, atento o presente estado da técnica informática, não é para já aconselhável a adopção da prática do exercício do direito de voto por via electrónica uma vez que não se encontra ainda garantida a segurança jurídica necessária para (i) a confirmação da autenticidade e veracidade dos votos e (ii) a integralidade e a confidencialidade do respectivo conteúdo.

Capítulo III- Regras Societárias

As regras consagradas no Código das Sociedades Comerciais e no Código dos Valores Mobiliários impõem aos membros do órgão de administração especiais deveres, no que respeita a conflitos de interesse, obrigações de confidencialidade e diligência na condução dos assuntos da sociedade.

Tendo em consideração a existência das referidas regras legais, a sociedade não procedeu à criação de códigos de conduta ou regulamentos internos a tal respeito.

Relativamente ao controlo de risco, remete-se para o descrito no ponto 3 do Capítulo I do presente Relatório.

Não foram tomadas pela sociedade quaisquer medidas susceptíveis de interferir no êxito de eventuais ofertas públicas de aquisição, nomeadamente não existem quaisquer limites ao exercício dos direitos de voto, restrições à transmissibilidade das acções, direitos especiais de algum accionista e, segundo o melhor conhecimento da sociedade, acordos parassociais relacionados com o exercício dos direitos de voto.

Capítulo IV- Órgão de Administração

A administração da sociedade é exercida por um conselho de administração, que poderá ser composto por três ou cinco membros eleitos em Assembleia Geral. O seu mandato é de três anos, podendo haver reeleição.

As deliberações do órgão em questão são tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate.

O conselho de administração goza dos mais amplos poderes de gestão dos negócios sociais, competindo-lhe igualmente a representar a sociedade em juízo e fora dele.

Durante o exercício de 2005, o conselho de administração reuniu 14 vezes, com vista a garantir o controlo efectivo da gestão da sociedade.

Os membros do Conselho de Administração da sociedade à data de 31 de Dezembro de 2005 eram os seguintes:

- Senhora D. Fernanda Pires da Silva (Presidente);
- Dr. Abel Saturnino da Silva de Moura Pinheiro (Vogal); e
- Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro (Vogal).

De entre as pessoas acima referidas, os seguintes assumem-se como administradores executivos:

- Senhora D. Fernanda Pires da Silva; e
- Dr. Abel Saturnino da Silva de Moura Pinheiro.

Os membros do órgão de administração da sociedade foram nomeados para o exercício do cargo no triénio 2005-2007 na reunião da assembleia geral realizada em 22.04.2005.

Todos os administradores da sociedade qualificam-se como não independentes nos termos da Lei.

De entre os membros do conselho de administração da Grão-Pará, os seguintes exercem cargos noutras sociedades:

a) Senhora D. Fernanda Pires da Silva:

- IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.- Presidente do Conselho de Administração;
- INTERHOTEL – Sociedade Internacional de Hotéis, S.A.- Presidente do Conselho de Administração;
- EDEC - Edificações Económicas, SA – Administradora;
- COMPORTUR- Companhia Portuguesa de Urbanizações e Turismo, SA - Presidente do Conselho de Administração;
- GRÃO-PARÁ AGROMAN, Sociedade Imobiliária, SA - Presidente do Conselho de Administração;
- AUTODRIL- Sociedade Imobiliária, S.A. - Presidente do Conselho de Administração;
- AUTODRIL, S.G.P.S., SA - Presidente do Conselho de Administração;
- MATUR- Sociedade de Empreendimentos Turísticos da Madeira, S.A. - Presidente do Conselho de Administração; e
- SOMOTEL- Sociedade Portuguesa de Móteis, S.A - Presidente do Conselho de Administração.

b) Dr. Abel Saturnino da Silva de Moura Pinheiro:

- IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A. – Administrador;
- INTERHOTEL- Sociedade Internacional de Hotéis, SA – Administrador;

- MATUR- Sociedade de Empreendimentos Turísticos da Madeira, S.A.- Administrador;
- EDEC - Edificações Económicas, SA – Administrador;
- SOMOTEL- Sociedade Portuguesa de Motéis, SA- Administrador;
- AUTODRIL, S.G.P.S., SA – Administrador;
- AUTODRIL- Sociedade Imobiliária, S.A. – Administrador;
- SANTA FILOMENA, S.G.P.S., Lda. – Gerente;
- INDUMARMORE – Indústria de Mármore, Lda. – Gerente;
- GRÃO-PARÁ AGROMAN, Sociedade Imobiliária, SA – Administrador;
- e
- COMPORTUR- Companhia Portuguesa de Urbanizações e Turismo, SA – Administrador.

c) Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro:

- IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A. – Administrador;
- INTERHOTEL- Sociedade Internacional de Hotéis, SA– Administrador;
- MATUR- Sociedade de Empreendimentos Turísticos da Madeira, S.A.- Administrador;
- AUTODRIL,S.G.P.S., SA– Administrador;
- AUTODRIL- Sociedade Imobiliária, S.A. – Administrador;

- GRÃO-PARÁ AGROMAN, Sociedade Imobiliária, SA – Administrador;
- e
- COMPORTUR- Companhia Portuguesa de Urbanizações e Turismo, SA – Administrador.

A política de remunerações é fixada pela assembleia geral o que permite alinhar os interesses da sociedade com o interesse dos administradores.

A totalidade dos membros do Conselho de Administração da sociedade auferiu, em termos globais, durante o exercício de 2005, um total 225.500,00 euros. Do referido montante, 200.900,00 euros destinou-se à remuneração dos administradores executivos e 24.600,00 euros à remuneração dos administradores não executivos.

a) Remunerações fixas:

- Senhora D. Fernanda Pires da Silva	105.000,00 euros
- Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro	95.900,00 euros

b) Remunerações variáveis:

- Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro	24.600,00 euros
---------------------------------------	-----------------

Foram igualmente pagos aos administradores da Grão-Pará por sociedades em relação de domínio ou de grupo o montante total de 852.121,30 euros pelo exercício de cargos de administração nessas sociedades.

A informação relativa à participação social detida, directa e indirecta, na sociedade pelos membros que compõem o seu conselho de administração à data de 31 de Dezembro de 2005 consta do quadro abaixo:

Administradores	Participação directa	Participação Indirecta	Total em acções	%Capital	% Direitos de voto
Fernanda Pires da Silva	671.582	0	671.582	26,86	33,98
Abel Pinheiro	34.288	473.373*	507.661	20,31	25,69
Pedro Pinheiro	30.450	12.334**	119.084	4,76	6,03

* Através da Santa Filomena, SGPS, Lda. e da KB Business Corp.

** Através da Edinger Holdings LLC.

Ainda a respeito dos membros do conselho de administração, de mencionar o facto de o Dr. Abel Pinheiro e o Dr. Pedro Pinheiro serem licenciados em direito. Para além deste facto, de salientar a circunstância de o Dr. Abel Pinheiro e de Senhora D. Fernanda Pires da Silva exercem o cargo de administradores há longos anos, pelo que têm um conhecimento consolidado quer da sociedade quer do sector de actividade em que a mesma se insere.

De notar que a sociedade não tem uma Comissão Executiva ou qualquer outra comissão com poderes de gestão.